004

04

2204

Sinaes
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

CADERNO
2204

enade2025
Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

Novembro | 25

DIREITO
BACHARELADO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Verifique se, além deste Caderno, você recebeu o **CARTÃO-RESPOSTA**, destinado à transcrição das respostas das questões de múltipla escolha, da questão discursiva e das questões de percepção da prova.
2. Confira se este Caderno contém a questão discursiva e as objetivas de múltipla escolha, de Formação Geral e do Componente Específico da área, e as relativas à sua percepção da prova. As questões estão assim distribuídas:

Partes	Tipo	Número das questões
Formação Geral	Objetivas	01 a 15
Componente Específico	Discursiva	***
	Objetivas	16 a 45
Questionário de Percepção da Prova	***	01 a 09

3. Verifique se a prova está completa, se o seu nome está correto no **CARTÃO-RESPOSTA** e se a **área de avaliação** e o **número do caderno de prova** correspondem ao do **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, avise imediatamente ao Chefe de Sala.
4. Assine o **CARTÃO-RESPOSTA** no local apropriado, com caneta esferográfica **de tinta preta, fabricada em material transparente**.
5. Responda a questão discursiva em, no máximo, 30 linhas. Qualquer texto que ultrapasse o espaço destinado à resposta será desconsiderado.
6. A prova terá duração de **quatro horas**. Lembre-se de reservar um período para transcrição das respostas para o **CARTÃO-RESPOSTA**.
7. Ao terminar a prova, acene para o Chefe de Sala e aguarde-o em sua carteira. Ele então irá proceder à sua identificação, recolher o seu material de prova e coletar a sua assinatura na Lista de Presença.
8. Atenção! Você deverá permanecer na sala de aplicação por, no mínimo, **duas horas** a partir do início da prova.
9. Você só poderá levar o **rascunho do CARTÃO-RESPOSTA** (espaço para anotação das questões) quando faltarem **30 minutos** para o término da prova. Nele só poderão constar as marcações das questões objetivas.
10. O **CARTÃO-RESPOSTA** e o **caderno de prova** deverão ser entregues ao Chefe de Sala ao término da prova.

MISTO
Papel | Apoiando o manejo florestal responsável
FSC® C189794
www.fsc.org

INEP
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

* R 2 2 0 4 2 0 2 5 1 *

QUESTÃO 01

TEXTO 1

Em 15 de novembro de 1989, foram realizadas eleições diretas para a presidência, depois de quase três décadas. Em 1990, o sistema eletrônico de voto começou a ser testado em alguns municípios brasileiros. Em 1996, substituiu as cédulas de papel em 37 cidades — capitais e municípios com mais de 200 mil eleitores — e, em 1998, foi utilizado pela primeira vez em eleições nacionais, em quatro estados e no Distrito Federal, até ser definitivamente adotado em todo o País no ano 2000.

IZIQUE, C. O voto que realmente vale: sistema eleitoral brasileiro hoje é modelo de eficiência e democracia. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, v. 200, p. 114-117, out. 2012 (adaptado).

TEXTO 2

Os números das eleições brasileiras em 2022 são impressionantes. Participaram das eleições 156 454 011 eleitores, dos quais 52,65% foram mulheres; além disso, do total de 1,8 milhão de mesários, 857 000 foram voluntários. Foram utilizadas 577 125 urnas eletrônicas em 496 856 seções eleitorais, em 5 570 municípios, com 181 localidades no exterior. Registraram-se 29 262 candidaturas e foram movimentados mais de 10 bilhões de reais em campanhas. Em um ambiente de evidente complexidade, o processo eleitoral brasileiro enfrentou um desafio de *performance*, precisando combinar velocidade, transparência, precisão e segurança. Os resultados da contagem de votos, cerca de 800 milhões, foram divulgados em questão de horas.

RUBIO, R.; MONTEIRO, V. de A. Desinformação nas eleições brasileiras de 2022: a atuação do Tribunal Superior Eleitoral em um contexto de conflito informativo. Dossiê 1. **Cad. CRH**, n. 37, p. 2, 2024 (adaptado).

A partir do exposto nos Textos 1 e 2, é correto afirmar que, nas últimas décadas, o uso de urnas eletrônicas no sistema eleitoral brasileiro

A possibilitou a recontagem instantânea de votos e promoveu a paridade de gênero entre os eleitores.

B garantiu a todos os grupos sociais e políticos a representação igualitária na política municipal, estadual e nacional.

C tornou as eleições brasileiras uma das mais ágeis do mundo e permitiu a redução do número de fraudes eleitorais.

D dificultou a participação de eleitores mais pobres, o que aumentou a quantidade de abstenções e votos nulos ou em branco.

QUESTÃO 02

TEXTO 1

Com inspiração em línguas africanas, como o iorubá, a linguagem pajubá (ou bajubá) significa “mistério” ou “segredo”. Criada entre as décadas de 1960 e 1970, durante a ditadura no Brasil, ela nasceu como forma de comunicação e resistência da comunidade LGBT, na atualidade LGBTQIAPN+. O primeiro documento oficial do pajubá, no entanto, foi lançado no Brasil apenas em 1992, com **O diálogo de bonecas**, organizado por Jovanna Baby, idealizadora da Associação de Travestis e Liberados (Astral), que lutou pela garantia de direitos humanos para travestis no final dos anos 1990.

Disponível em: https://quatrocincoum.com.br/trechos/trechos/um-romance-na- linguagem-secreta-da-comunidade-travesti/. Acesso em: 18 maio 2025 (adaptado).

TEXTO 2

O dia da prova, isso. Bicha, que que foi aquilo? A homarada nervosa, tudo de ojum na mona cáisme. Fui esplêndida, também. Não era ainda assim passável, catavam que eu era trava, uma travinha início de carreira querendo fazer prova. Apenas. Acha que deixaram?

MOIRA, A. **Neca**: romance em bajubá. São Paulo: Companhia das Letras, 2024 (adaptado).

Considerando-se o exposto nos Textos 1 e 2 e a dinâmica dos dialetos empregados na comunidade LGBTQIAPN+, é correto afirmar que o uso do pajubá

A) fortalece a literatura LGBTQIAPN+, que visa à delimitação de uma comunidade de leitores formada por um público segmentado.

B) reafirma elementos identitários da população LGBTQIAPN+ e favorece a diversidade linguística, contribuindo para a representação social desse grupo.

C) colabora para a construção de uma língua restrita à comunidade LGBTQIAPN+, cujo objetivo principal é a formulação de expressões idiossincráticas.

D) promove o isolamento da população LGBTQIAPN+, por ser necessário que os leitores das obras dessa comunidade conheçam os termos empregados nelas.

QUESTÃO 03

No início de 2025, a Universidade de Harvard foi impactada com o congelamento de US$ 2,3 bilhões (R$ 12,8 bilhões) em recursos, após a recusa da direção da universidade em aceitar exigências do governo dos Estados Unidos. As demandas incluíam monitorar atividades consideradas antissemitas, acabar com programas de diversidade, igualdade e inclusão e instaurar uma disciplina mais rigorosa entre os estudantes.

Um estudante entrevistado por nossa equipe chegou ao país em 2023, no penúltimo ano do governo Biden, para fazer doutorado em uma universidade do centro-oeste americano, e viu, na prática, como a recepção de pesquisadores estrangeiros e as políticas de incentivo à pesquisa e de financiamento das universidades mudaram com o início do novo governo. “Estamos num ambiente cheio de incertezas. Queria saber se terei salário no próximo ano, ou se serei deportado”, afirma ele.

Todas as fontes ouvidas por nossa equipe dizem que a mudança mais visível está relacionada aos cortes em orçamentos e no financiamento de bolsas ou projetos de pesquisa a partir de janeiro de 2025. Só para os Institutos Nacionais de Saúde, que estão entre os maiores centros de referência em pesquisa biomédica do mundo, há uma proposta de reduzir o orçamento em 40% a partir de 2026.

BIERNATH, A. **BBC News Brasil**, 6 maio de 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/. Acesso em: 31 maio 2025 (adaptado).

A partir dessas informações, assinale a opção que apresenta uma das prováveis consequências da política de cortes no financiamento de pesquisas para as instituições universitárias dos Estados Unidos.

A) Ampliação do prestígio acadêmico do ensino superior.

B) Elevação da produção científica dos centros de tecnologia.

C) Diminuição do custo dos serviços de educação para os estudantes.

D) Redução da heterogeneidade sociocultural do corpo docente e discente.

R22042025 - 22_Direito.indb 3 09/10/2025 10:47:47

QUESTÃO 04

TEXTO 1

Um vídeo que desmentia a relação entre diabetes e vermes rendeu um processo judicial às cientistas do canal “Nunca Vi 1 Cientista”, do YouTube. O processo foi movido por um nutricionista e influenciador que pretendia vender um “protocolo de desparasitação”, o qual supostamente combateria a diabetes. A justiça de São Paulo condenou as cientistas a pagarem ao influenciador uma indenização por danos morais, mas, posteriormente, o Supremo Tribunal Federal suspendeu a decisão. A explicação provida pelas cientistas sobre o tema é correta. O órgão que tem relação direta com a diabetes é o pâncreas, que produz a insulina — e não é atacado por vermes. Portanto, a associação entre a diabetes e os vermes é falsa. As cientistas afirmam que o combate à desinformação se torna muito desafiador porque, muitas vezes, esses conteúdos trazem soluções imediatas para as pessoas, enquanto a informação correta nem sempre traz uma saída fácil.

Disponível em: https://g1.globo.com/ciencia/noticia/.
Acesso em: 10 jun. 2025 (adaptado).

TEXTO 2

Um estudo da Academia Brasileira de Ciências aponta que a desinformação científica é sustentada por um ecossistema lucrativo que inclui a monetização de conteúdo enganoso e a exploração das crenças e emoções do público para ganho financeiro. Há duas formas de entender esse sistema lucrativo. A primeira está no próprio produtor da desinformação, que usa a estrutura das plataformas digitais para lucrar e vender seus serviços, produtos, crenças ou capital social. A segunda diz respeito à forma como essas plataformas geram lucro a partir da visibilidade da desinformação. Há uma economia da atenção na qual a desinformação é um material altamente lucrativo para as próprias plataformas.

Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/.
Acesso em: 10 jun. 2025 (adaptado).

Considerando o exposto, assinale a opção que apresenta uma análise correta do paradoxo da ciência como ferramenta para o discernimento e, simultaneamente, como vítima da economia da atenção.

A A incapacidade das instituições científicas de compreenderem a dinâmica das redes sociais resulta em uma comunicação ineficaz, que não consegue competir com narrativas simplistas e repletas de emoção, promovidas por influenciadores em busca de lucro.

B A dificuldade intrínseca da ciência em se adaptar à velocidade da propagação da desinformação se deve ao fato de que o método científico exige tempo e rigor, enquanto as soluções rápidas são favorecidas pela ansiedade e impaciência do público das redes sociais.

C O ecossistema lucrativo da desinformação explora a lacuna entre a complexidade da pesquisa científica e a demanda por respostas simples e rápidas, transformando a desinformação em um produto de consumo que subverte um dos propósitos da ciência, que é a produção de conhecimento.

D O desenvolvimento precário do pensamento crítico e o letramento científico inexistente da população, decorrente de uma falha estrutural na educação básica e superior, tornam as pessoas mais suscetíveis a acreditarem em narrativas pseudocientíficas que oferecem atalhos para problemas complexos de saúde.

R22042025 - 22_Direito.indb 4 09/10/2025 10:47:47

QUESTÃO 05



Disponível em: https://ipeafro.org.br/2023/03/. Acesso em: 16 maio 2025.

A obra **Bandeira brasileira com Xangô Sobre**, de Abdias Nascimento (1914-2011), integra o acervo do Museu de Arte Negra, que se localiza no Instituto Inhotim, em Minas Gerais, e consiste em um dos maiores espaços artísticos a céu aberto do mundo, além de ser uma importante referência para a arte contemporânea no Brasil. Na obra em questão, Abdias promove uma releitura da bandeira nacional, com o icônico Okê de Xangô, machado que representa a justiça, o equilíbrio e a dualidade. O Museu de Arte Negra surgiu como iniciativa do próprio Abdias em 1950, e desde 2020 seu acervo é exibido no Instituto Inhotim.

A obra apresentada e a existência do Museu de Arte Negra atendem a demandas sociais atuais no Brasil, cujo propósito é

A valorizar a herança africana com a criação de lugares de memória.

B reforçar o legado escravocrata com a utilização de símbolos de conciliação.

C resgatar a unidade nacional com a divulgação de mensagens de patriotismo.

D exaltar o passado colonial com a exposição de imagens da luta abolicionista.

R22042025 - 22_Direito.indb 5 09/10/2025 10:47:48

QUESTÃO 06

TEXTO 1



Disponível em: https://diplomatique.org.br/edicao/116-reforma-trabalhista/. Acesso em: 1 jun. 2025.

TEXTO 2

É a partir de uma concepção moderna de humor que as charges ganham relevância para denunciar, vilipendiar e detratar os poderes constituídos. O fato de elas serem bastante utilizadas em tempos de censura demonstra a eficácia que carregam em termos de economia simbólica. Certamente, a potência revolucionária supõe a implosão de um imaginário reducionista, sob pena de nossas bem-intencionadas críticas e denúncias serem tão ou mais reacionárias que o alvo que perseguimos.

BORGES, R. O racismo nas charges engajadas. **Carta Capital**, São Paulo, 11 out. 2016. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/. Acesso em: 1 jun. 2025 (adaptado).

R22042025 - 22_Direito.indb 6
09/10/2025 10:47:49

A charge do Texto 1, publicada em outubro de 2016 na revista **Le Monde Diplomatique Brasil**, foi criticada à época por fazer uma representação considerada racista e estereotipada da população negra. O episódio gerou um debate público sobre os limites da sátira e do humor engajado e sobre a naturalização de preconceitos, mesmo em mídias consideradas progressistas, como discutido no Texto 2.

Considerando-se o exposto e o debate acerca do racismo, é correto afirmar que a charge no Texto 1 pode naturalizar esse tipo de discriminação porque

A faz uma denúncia do racismo estrutural a partir de uma representação visual apelativa e sensacionalista da realidade social em que vivemos desde a época da escravidão.

B apela ao humor e à ambiguidade das imagens por meio de representações que são recebidas pelo público leitor sem a devida profundidade crítica, sendo uma ferramenta poderosa de comunicação política.

C representa uma figura humana com características historicamente usadas para desumanizar pessoas negras, como a posição corporal submissa e animalizada, remetendo à tradição colonial e escravocrata.

D utiliza uma linguagem que faz uso de humor e apelo emocional ao público, a qual isenta o autor de quaisquer formas de responsabilização, por consistir em uma expressão de sua liberdade criativa e artística.

QUESTÃO 07

TEXTO 1

Em geral, a primeira reação de analistas ao crescimento de 57,4% na quantidade de idosos, entre 2010 e 2022, revelada pelo censo do IBGE de 2022, foi encará-lo como fonte de pressão sobre as aposentadorias. Não à toa: o Brasil passou por uma recente reforma em 2019, que — mantendo o princípio da solidariedade e a contribuição do empregador — elevou as idades mínimas para aposentadoria de homens e mulheres e aumentou o tempo de contribuição mínima para a obtenção de benefícios. Porém, além do inegável impacto sobre o sistema de aposentadorias, o envelhecimento da população também precisa ser urgentemente pensado sob a ótica da garantia de empregos decentes.

Disponível em: https:// economia.uol.com.br/colunas/carlos-juliano-barros/.
Acesso em: 13 jun. 2025 (adaptado).

TEXTO 2

O Congresso do Chile aprovou, no dia 29 de janeiro de 2025, o principal plano do governo para reformar o sistema de aposentadorias, gerido pelo setor privado e imposto pela ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990). Com a reforma aprovada pelo Congresso, as empresas passarão a contribuir com 8,5%, enquanto os trabalhadores continuarão contribuindo com 10% da renda para a composição do fundo previdenciário. Pelo sistema herdado da ditadura, apenas o empregado contribuía com 10% de seu salário para as administradoras privadas de fundos de pensão, que, por sua vez, geriam esses recursos.

Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/.
Acesso em: 13 jun. 2025 (adaptado).

A partir dos textos apresentados, que abordam diferentes sistemas previdenciários, é correto afirmar que um ponto em comum entre o modelo previdenciário brasileiro e o novo modelo chileno é a

A política tributária vigente em cada país.

B obrigatoriedade de contribuição patronal.

C tendência deficitária dos sistemas previdenciários.

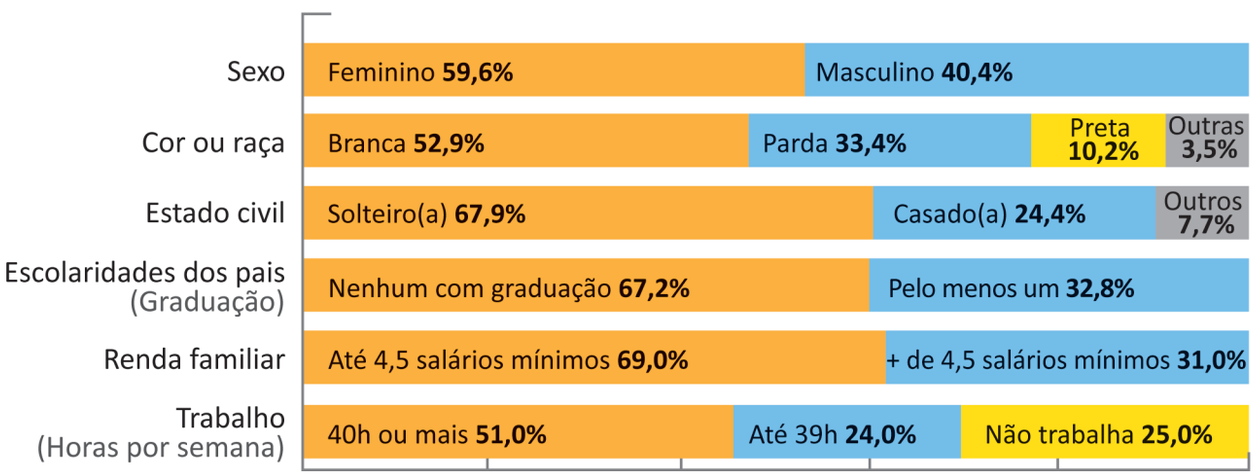
D negligência quanto às mudanças no perfil etário dos países.

R22042025 - 22_Direito.indb 7 09/10/2025 10:47:49

QUESTÃO 08

TEXTO 1

Características predominantes dos estudantes – Enade 2022



Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/. Acesso em: 4 jun. 2025 (adaptado).

TEXTO 2

De acordo com o questionário respondido pelos inscritos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) em 2022, os estudantes concluintes são, predominantemente, pessoas do sexo feminino, brancas, solteiras, com pais sem graduação, com renda familiar de até 4,5 salários mínimos, que trabalham 40 horas semanais ou mais. Na educação presencial, a maioria dos concluintes são jovens de até 24 anos de idade, ao passo que, no ensino a distância (EaD), a faixa etária predominante é a dos 31 aos 40 anos. Os resultados apresentam também o número de concluintes que receberam subsídios ou bolsas para custear o ensino superior. Os auxílios incluem o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade Para Todos (Prouni). Os dados apontam que 31,6% dos estudantes que responderam aos questionários são beneficiados por subsídios ou financiamentos públicos; 18,2% dos concluintes de instituições públicas e 2,8% de instituições privadas receberam algum tipo de auxílio-permanência; 43,1% dos concluintes de instituições privadas receberam algum tipo de bolsa; e 9,9% recebem algum tipo de financiamento.

Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enade/. Acesso em: 4 jun. 2025 (adaptado).

Considerando-se as informações dos textos apresentados, é correto afirmar que, para corrigir distorções sociais históricas no Brasil, são necessárias

A políticas públicas que garantam a ampliação do acesso de homens ao ensino superior, em prol da paridade de gênero em setores sociais estratégicos.

B ações governamentais com vistas a garantir a ampliação dos auxílios de permanência estudantil, especialmente para a parcela da população em situação de vulnerabilidade.

C campanhas publicitárias voltadas a estudantes concluintes de até 24 anos de idade, que tenham maior participação no mercado de trabalho, a fim de garantir sua permanência na modalidade EaD.

D medidas que incentivem mais jovens com renda familiar superior a 4,5 salários mínimos a cursarem o nível superior, para garantir isonomia de acesso entre os distintos estratos da distribuição de renda.

QUESTÃO 09

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), menos de 6% dos municípios brasileiros com imigrantes possuem estrutura para gestão migratória. Na maioria dos estados e municípios do País, não há quantidade suficiente de servidores ou cidadãos que conheçam as condições sanitárias, econômicas, de saúde e de educação da população imigrante. Destaca-se também a dificuldade de comunicação enfrentada por imigrantes e refugiados: muitas vezes, profissionais de saúde se comunicam com esses indivíduos apenas por meio de aplicativos de celular, o que limita o atendimento nesse contexto. Também existem obstáculos para a integração dos filhos dessas pessoas nas escolas, como o preconceito por parte de colegas, sendo necessário desenvolver estratégias de integração, de forma complementar à realização de investimentos financeiros.

Disponível em: https://www12.senado.leg.br/radio/. Acesso em: 9 jun. 2024 (adaptado).

Considerando o exposto, assinale a opção que apresenta duas práticas que contribuiriam para minimizar as dificuldades de acesso de imigrantes aos sistemas de saúde e educação no Brasil, como as retratadas no texto.

A Ampliação de controles fronteiriços; cobrança por melhoria nos serviços públicos.

B Deportação de criminosos estrangeiros; censura à discriminação contra imigrantes.

C Limitação de concessão de vistos a imigrantes; rejeição à segregação racial ou étnica.

D Aprendizado de língua estrangeira por profissionais brasileiros; combate à xenofobia.

QUESTÃO 10

A desigualdade social é um problema estrutural no Brasil. Segundo relatório da Oxfam Brasil (2017), seis brasileiros têm uma riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões mais pobres da nação. Os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda dos demais 95%. Uma mulher trabalhadora que ganha um salário mínimo mensal levará 19 anos para receber o equivalente ao que um super-rico recebe em um único mês. O relatório indica que, em 2022, por exemplo, os 10% mais ricos apropriaram-se de 51,5% da renda total do País, enquanto a fatia de 11,9% coube aos 0,1% mais ricos. Por outro lado, a metade da população de menor renda ficou com apenas 14,4% da renda total.

Disponível em: https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/. Acesso em: 6 jun. 2025 (adaptado).

Conforme a perspectiva apresentada no texto, assinale a opção que indica uma estratégia socialmente justa para enfrentar a concentração de renda no Brasil.

A Elevar, no sistema tributário brasileiro, a taxação de impostos sobre consumo, prática amplamente adotada em países com baixos níveis de desigualdade.

B Reduzir a quantidade de programas de distribuição direta de renda, os quais contribuem para o aumento da desigualdade de renda por diminuírem o contingente de pessoas no mercado de trabalho.

C Isentar os mais ricos de pagar impostos sobre renda e patrimônio, o que estimularia investimentos produtivos, promoveria a geração de emprego e renda e beneficiaria, de forma direta, os mais pobres.

D Aplicar taxação progressiva sobre grandes fortunas e heranças, bem como sobre os rendimentos isentos provenientes da distribuição de lucros/dividendos e de determinadas aplicações financeiras das pessoas físicas.

R22042025 - 22_Direito.indb 9 09/10/2025 10:47:49

QUESTÃO 11

TEXTO 1

Como resposta às mudanças climáticas, o Brasil tem ampliado o uso de fontes renováveis, como biocombustíveis e as fontes eólica e solar. No entanto, para criar uma trajetória progressiva de sustentabilidade ao longo do tempo, o País precisa considerar as relações socioeconômicas e ambientais, além das alterações na base tecnológica. Para isso, é fundamental considerar os impactos que a transição energética pode causar nas comunidades vulneráveis. Esses impactos podem ser positivos, mas também podem aprofundar as desigualdades vivenciadas por essas comunidades.

Disponível em: https://www.epe.gov.br. Acesso em: 8 jun. 2025 (adaptado).

TEXTO 2

Iniciada em meados de 2021, a instalação de um parque solar no município de Santa Luzia passou a impactar a comunidade quilombola de Pitombeira, situada no município vizinho de Várzea, no semiárido paraibano. Moradores passaram a sentir os impactos do desmatamento da vegetação nativa da Caatinga: deslocamento e(ou) morte de animais silvestres; aumento do trânsito e de pessoas "de fora"; rachaduras de casas e cisternas, em razão das explosões que foram realizadas durante a instalação dos painéis solares. Conforme uma liderança quilombola, os impactos serão sentidos a curto, médio e longo prazo. Estima-se que 335 hectares de mata nativa de Caatinga tenham sido completamente desmatados para a construção do parque mencionado. Houve o aterramento de riachos, açudes e lagoas no interior das fazendas, associado a ações de compactação e impermeabilização do solo.

CAVALCANTE, L. V. *et al*. As contradições da energia renovável no Semiárido: o caso da injustiça ambiental produzida por empreendimento de energia solar na Comunidade Quilombola Pitombeira (Paraíba – Brasil). **Revista Nera**, v. 28, n. 1, 2025 (adaptado).

Com base nos Textos 1 e 2, assinale a opção que apresenta três fatores relativos à transição energética que agravam as condições de vida de comunidades vulneráveis.

A Aumento descontrolado da fauna, perda de empregos e violação dos direitos humanos.

B Desenvolvimento de economia circular, deslocamento populacional e conflitos sociais.

C Necessidade de requalificação profissional, perda de territórios e desequilíbrio ambiental.

D Valorização do conhecimento científico, aumento da resiliência ambiental e ausência de participação social.

Área livre

QUESTÃO 12

TEXTO 1

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e seu exercício de cidadania.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 25 maio 2025 (adaptado).

TEXTO 2

No caso da cultura, a lei voltou-se diretamente à promoção daquilo que conhecemos como acessibilidade cultural, que pode ser compreendida como um conjunto de medidas que visam à eliminação de barreiras e à promoção da participação plena das pessoas com deficiência em políticas, programas, projetos e ações culturais. Essas ações propiciam à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida a possibilidade de viver de forma independente e exercer seus direitos culturais.

Disponível em: https://www.gov.br/cultura. Acesso em: 25 maio. 2025 (adaptado).

A partir das informações apresentadas, é correto afirmar que a acessibilidade cultural é efetivada não somente com o acesso de pessoas com deficiência a bens culturais, mas também com a

A inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho, por meio de sua atuação como produtoras de cultura.

B restrição de acesso e participação dessas pessoas em eventos de arte e cultura nos quais ocorram grandes aglomerações.

C criação de eventos voltados a públicos formados por essas pessoas, a fim de manter a exclusividade de seu acesso aos bens culturais.

D manutenção de políticas de acessibilidade, as quais dispensam a participação da sociedade civil e da iniciativa privada, por se tratar de responsabilidade do Estado.

QUESTÃO 13

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), no final de 2023, estimava-se que 117,3 milhões de pessoas em todo o mundo foram deslocadas à força, o que representa um aumento de 8%, ou 8,8 milhões de pessoas, em relação ao final de 2022. Esses dados revelam aumentos anuais sucessivos na quantidade de pessoas forçadas a se deslocar.

Disponível em: https://www.unhcr.org/global-trends-report-2023. Acesso em: 5 jun. 2025(adaptado).

Considerando-se essas informações e o que se refere aos movimentos migratórios no século XXI, é correto afirmar que os fluxos de pessoas forçadas a se deslocar

A ocorrem em direção aos países mais ricos e desenvolvidos, que abrigam a maioria da população refugiada do mundo, oferecendo serviços públicos e de acolhida de qualidade.

B intensificaram-se em direção aos países menos desenvolvidos, nos quais existem políticas migratórias mais flexíveis e melhor infraestrutura para recepcionar populações refugiadas.

C aumentaram como consequência do fortalecimento dos direitos dos migrantes, do gerenciamento integrado de fronteiras entre os países e do desenvolvimento de políticas de acolhimento promovidas pela ACNUR.

D cresceram em decorrência do acirramento de conflitos e violações dos direitos humanos, com a maioria das pessoas vivendo em países vizinhos às suas nações de origem, onde também enfrentam barreiras sociais.

R22042025 - 22_Direito.indb 11 09/10/2025 10:47:49

QUESTÃO 14

TEXTO 1

O cinema é um espetáculo e, salvo exceções, o filme não é concebido para ser um documento histórico. É feito em primeiro lugar para ser vendido, e não para ser conservado em um museu, ainda menos em arquivos. Isto, contudo, não o impede de deter funções sociais diferenciadas, exercidas por meio da imprensa profissional, da crítica e do discurso analítico recente. Nesses termos, a instituição cinematográfica produziu grandes categorias de classificação reformuladas pela televisão: jornais televisivos para informar, documentários para educar, ficção para distrair.

Os filmes de ficção são ainda mais suspeitos, uma vez que têm uma função de divertimento, ainda que não raro um divertimento sério, quando se trata de colocar grandes problemas humanos e culturais, como puderam também fazer o teatro e o romance. Esses, com efeito, impõem questões contemporâneas, ou mesmo tentam testemunhar diretamente, principalmente nos períodos de crise, para informar e registrar uma memória visual e sonora dos eventos. Em certos casos específicos, pode-se mesmo solicitar ao cinema assumir um papel social ou político.

LAGNY, M. O Cinema como Fonte de História. *In*: **Cinematógrafo**: um olhar sobre a História. Salvador: EDUFBA, 2009 (adaptado).

TEXTO 2

Ainda Estou Aqui levou o prêmio de Melhor Filme Internacional no Oscar 2025. Essa foi a primeira vez que o Brasil trouxe o troféu para casa. Baseado no livro de Marcelo Rubens Paiva, o filme trata da morte do pai do autor, durante o período da ditadura militar no Brasil, a partir do ponto de vista de sua mãe, Eunice Paiva. O político e engenheiro foi tirado de casa em 1971 por agentes do regime e nunca mais retornou. Até hoje, as circunstâncias da morte não foram totalmente esclarecidas e ninguém foi punido pelo crime. Milhões de pessoas assistiram ao longa-metragem nos cinemas. Em todo o mundo, a produção arrecadou mais de US$ 27,4 milhões.

Disponível em: https://brasildefato.com.br. Acesso em: 20 maio 2025 (adaptado).

Considerando o Texto 1, que aborda a arte e sua função social, e o Texto 2, que trata da repercussão internacional do filme **Ainda Estou Aqui**, assinale a opção correta.

A A obra cinematográfica mencionada é sobretudo um documento histórico, na medida em que retrata o período da ditadura militar e faz um registro detalhado do desaparecimento do pai de Marcelo Rubens Paiva.

B O cinema, assim como o teatro e o romance, constrói e produz sentidos, podendo criar significados variados, quanto a resgates históricos e representação social, mesmo em obras de entretenimento, como o filme mencionado.

C A função do cinema é entreter e divertir, sendo natural a omissão das temáticas históricas, políticas e sociais das narrativas de filmes de ficção, como no filme em questão, produzido a partir da visão de um familiar do personagem retratado.

D O longa-metragem em questão é emblemático, pois foi a primeira produção brasileira a ganhar o Oscar de melhor filme internacional, sendo a obra do cinema nacional mais vista e com a maior arrecadação de bilheteria já registrada no País.

QUESTÃO 15

Eventos climáticos extremos, como secas ou enchentes, estão se tornando cada vez mais frequentes e severos em razão da mudança climática. No entanto, as consequências da ocorrência desses eventos estão além das questões ambientais, uma vez que promovem o deslocamento involuntário de populações vulneráveis desencadeando uma complexa cadeia de impactos de natureza socioambiental, econômica, ecológica, jurídica, política, psicológica e até mesmo de identidade e pertencimento. O fenômeno do deslocamento forçado requer atenção e soluções eficazes para sua gerência, uma vez que a população afetada necessita de condições adequadas para sua sobrevivência a longo prazo. Assim, as cidades precisam desenvolver uma infraestrutura urbana capaz de responder às emergências, de se preparar de maneira proativa para futuros desafios e ainda de absorver e se adaptar a essas novas dinâmicas causadas por deslocamentos massivos, de forma a garantir a proteção e promoção dos direitos humanos dos deslocados internos.

MATIAS, A. M. M. Paradiplomacia e urbanismo: possíveis aliadas na proteção da dignidade da pessoa humana dos deslocados internos. LIMONGI. A. A.; SOLDANO G. (Org.). *In*: **Direito internacional do século XXI** [e-book]: desafios globais contemporâneos. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, p. 91, 2025 (adaptado).

Considerando o texto apresentado, assinale a opção correta sobre o deslocamento interno de populações vulneráveis.

A As cidades cumprem integralmente seu compromisso social ao implementar soluções urbanísticas que priorizam o atendimento emergencial aos deslocados internos.

B Os eventos climáticos extremos tendem a afetar uniformemente a população local, por isso os deslocados internos lidam de forma semelhante com os impactos negativos.

C A destruição de infraestrutura e a escassez de recursos como consequência da ocorrência de eventos climáticos extremos forçam a população local a se deslocar, transformando uma crise ambiental em uma crise humanitária.

D As cidades que recebem os deslocados internos crescem economicamente em função do aumento da oferta de mão de obra e, dessa forma, desenvolvem locais mais seguros e recursos adequados para essa população reconstruir suas vidas.

Área livre

R22042025 - 22_Direito.indb 13 09/10/2025 10:47:49

QUESTÃO DISCURSIVA

Durante uma visita da Comissão de Direitos Humanos a determinada penitenciária estadual, constatou-se a ocorrência de uma situação de abuso sexual que envolveu dois detentos do presídio, em que um deles obrigou o outro, mediante ameaça de morte, a realizar ato libidinoso. Foi verificado, ainda, que o agente penitenciário responsável pela ronda nessa ocasião observou os fatos a distância, porém não tomou quaisquer providências para impedir o referido ato, apesar do dever legal de cuidado, proteção e vigilância, e seguiu normalmente com seu turno de trabalho.

Considerando essa situação, faça o que se pede nos itens a seguir.

a) Discorra sobre a possibilidade de responsabilização do Estado pelo dano causado ao detento, indicando a teoria da responsabilidade civil pertinente e, em caso de condenação, aponte o instrumento jurídico a ser utilizado pela Procuradoria do Estado para o ressarcimento ao erário. (valor: 6,0 pontos)

b) Indique, de forma fundamentada, o crime pelo qual o agente penitenciário em questão deve ser responsabilizado. (valor: 4,0 pontos)

Área livre

* R 2 2 0 4 2 0 2 5 1 5 *

RASCUNHO	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

2201_DISCURSIVA_DIREITO_REGULAR.indd 15 09/10/2025 11:48:42

QUESTÃO 16

Após cumprirem pena por estelionato, João e Maria abriram uma sociedade empresarial de comércio varejista. A sociedade, administrada por ambos, funcionou por um ano e seis meses e, em seguida, sem qualquer comunicação aos órgãos públicos, a sede foi fechada e os sócios não foram mais encontrados. Essa situação resultou na acumulação de dívidas com fornecedores e débitos tributários, os quais o Fisco busca receber.

Considerando essa situação, a interpretação da legislação e da jurisprudência brasileira acerca da classificação e da responsabilidade de sócios nas obrigações tributárias no caso de dissolução irregular da sociedade, assinale a opção correta.

A A pena anterior de estelionato cumprida por João e Maria é irrelevante para a análise da responsabilidade pelos débitos da sociedade empresarial, de modo que as obrigações tributárias permanecem somente sob responsabilidade da pessoa jurídica.

B A dissolução irregular da sociedade empresarial, evidenciada pelo encerramento das atividades no domicílio fiscal sem a devida comunicação, configura uma infração à lei que permite o redirecionamento da execução fiscal para João e Maria, na qualidade de sócios-administradores.

C A simples cessação das atividades no endereço fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, não configura infração à lei que justifique o redirecionamento da execução fiscal para João e Maria, sendo necessária a comprovação de dolo ou fraude na gestão dos administradores e sócios.

D A Fazenda Pública deverá acionar judicialmente a sociedade empresarial para a cobrança dos débitos tributários e depois, caso o patrimônio social seja insuficiente, ingressar com incidente de desconsideração da personalidade jurídica, para responsabilizar João e Maria, sócios-administradores.

QUESTÃO 17

Buscando inovações nos procedimentos de contratações públicas, diante dos avanços tecnológicos e de ajustes na burocracia estatal, a recente Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021) trouxe mudanças legislativas significativas para o ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo para o direito administrativo.

Quanto às inovações legislativas referentes a esse tema, é correto afirmar que a Lei em questão

A manteve as modalidades de tomada de preço e convite, visando conferir maior alcance, transparência e economicidade nos processos de licitação e contratos na administração pública.

B passou a considerar o montante de R$ 100 000 como valor de referência para dispensa de licitação na aquisição de bens e serviços, inclusive em contextos de calamidade pública ou emergências.

C estabeleceu a criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para cadastro unificado de licitantes, com ampla divulgação aos interessados e registro cadastral obrigatório para acesso a editais e anexos.

D introduziu o diálogo competitivo, modalidade que alcança obras, serviços e compras pela administração pública e busca o diálogo com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos para atender às suas necessidades.

R22042025 - 22_Direito.indb 16 09/10/2025 10:47:49

QUESTÃO 18

TEXTO 1

À medida que o número de pessoas deslocadas em todo o mundo devido a eventos relacionados ao clima continua a crescer, as Nações Unidas e seus parceiros estão focados em abordagens regionais para responder à questão dos chamados refugiados do clima — ou refugiados climáticos. A média anual de deslocados por mudanças climáticas entre 2008 e 2016 chegou a 25,3 milhões, de acordo com dados divulgados pelo Conselho Norueguês de Refugiados. Os cinco países que têm a maior proporção de sua população afetada pelos deslocamentos são todos Estados insulares: Cuba, Fiji, Filipinas, Tonga e Sri Lanka.

Disponível em: https:// brasil.un.org/pt-br/. Acesso em: 25 maio 2025.

TEXTO 2

Em 2025, o Brasil sediará a 30ª Conferência das Partes (COP30), que acontecerá em Belém, no Pará. A cidade escolhida oferecerá ao mundo uma plataforma única para debater soluções para a mudança do clima com os pés fincados no coração da Amazônia. Como país anfitrião, o Brasil está comprometido em fortalecer o multilateralismo e a implementação do acordo de Paris.

Disponível em: https://cop-30/pt-br. Acesso em: 25 maio 2025 (adaptado).

Considerando o contexto da realização da 30ª Conferência das Partes (COP30), bem como os danos causados aos refugiados climáticos, que representam um grande desafio para a sociedade internacional, assinale a opção correta.

A Os danos imateriais provocados pelos deslocamentos forçados são juridicamente irrelevantes no contexto do direito internacional ambiental, uma vez que este se limita à proteção de recursos naturais.

B A proteção das terras e dos imóveis é garantida pelas normas internacionais de assistência humanitária, com os danos materiais enfrentados por refugiados climáticos se restringindo à perda de bens móveis.

C A migração forçada por eventos climáticos gera danos materiais, como a perda de habitações, infraestruturas e meios de subsistência, além de danos imateriais, associados à perda de vínculos culturais e de identidade comunitária e ao sofrimento psíquico.

D Os debates sobre migração climática, promovidos pela ONU, concentram-se em soluções de mitigação dos eventos climáticos extremos, sem incluir discussões sobre os direitos das populações deslocadas ou sobre os impactos econômicos e sociais desses deslocamentos.

QUESTÃO 19

O Código de Defesa do Consumidor estabelece uma série de disposições que visam assegurar a proteção dos consumidores em suas relações contratuais, com a possibilidade de revisão em juízo de cláusulas contratuais abusivas, que estabeleçam prestações desproporcionais ou excessivamente onerosas.

Considerando o exposto e a disciplina jurídica que rege os contratos de adesão, assinale a opção correta.

A A inserção de cláusula resolutória é inadmissível, por alterar a natureza de adesão do contrato.

B A inserção de cláusula de arbitragem no formulário contratual altera a natureza de adesão do contrato.

C As cláusulas são estabelecidas de forma unilateral nos contratos de adesão, porém, em casos de abusividade, são nulas de pleno direito.

D As cláusulas são estabelecidas de forma bilateral nos contratos de adesão, com a possibilidade de modificação substancial do seu conteúdo.

R22042025 - 22_Direito.indb 17 09/10/2025 10:47:49

QUESTÃO 20

Determinado operador de estoque que trabalha, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em uma grande rede farmacêutica é submetido diariamente a revistas em sua mochila ao final do expediente. Certo dia, após conferir o estoque e constatar a ausência de um medicamento específico, o gerente dessa rede vasculhou a mochila do referido funcionário e o submeteu a revista íntima. Incomodado com a situação, o funcionário procurou orientação jurídica, questionando a licitude da conduta do gerente.

Considerando-se o disposto no inciso VI do Art. 373-A da CLT, que versa sobre revista íntima, bem como as normas desse diploma legal sobre poder diretivo do empregador e a atual posição adotada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) acerca do assunto, é correto afirmar que a revista íntima feita pelo gerente nessa situação é

A ilícita, visto que não foi realizada por agentes de segurança, embora não se aplique ao caso a vedação do referido dispositivo da CLT.

B lícita, na medida em que houve a suspeita de furto do medicamento, aplicando-se ao caso o poder diretivo do empregador, conforme a CLT.

C lícita, porque não se aplica a homens a interpretação do referido dispositivo da CLT, conforme o atual entendimento dos tribunais superiores para o caso.

D ilícita, pois, independentemente de contato, violou a dignidade da pessoa humana e a igualdade, devendo ser abrangida pela vedação desse dispositivo da CLT por interpretação extensiva.

QUESTÃO 21

Um engenheiro civil foi contratado como pessoa jurídica para prestar serviços em obras públicas executadas por uma sociedade empresarial. Após três anos de vínculo contínuo e exclusivo, ele foi dispensado pelo tomador de serviços, sem pagamento de qualquer verba. Diante do ocorrido, ele propôs uma ação judicial pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício, verbas trabalhistas e indenização por danos morais em razão de humilhações sofridas durante a vigência do contrato. A sociedade empresarial argumentou que não havia relação de emprego, apenas de prestação de serviços, e que eventuais litígios deveriam ser resolvidos pela justiça comum estadual. Em contrapartida, o engenheiro buscou um acordo, por meio de mediação trabalhista extrajudicial, mas a sociedade empresarial recusou, alegando falta de competência da justiça do trabalho.

Tendo em vista o conflito de competência descrito nessa situação, assinale a opção correta.

A O tribunal de justiça deve resolver o conflito de competência, visto que se trata de matéria de interesse da justiça comum estadual.

B O Supremo Tribunal Federal deve sanar a situação do conflito de competência, pois envolve construção de obras públicas e contrato administrativo.

C A justiça federal tem competência residual, devendo ser provocada sempre que houver divergência entre as esferas da justiça estadual e da justiça do trabalho.

D O Superior Tribunal de Justiça é competente para sanar o referido conflito de competência, por haver divergência entre a justiça comum e a justiça do trabalho.

QUESTÃO 22

A Constituição Federal de 1988 consagra o Brasil como um Estado Democrático de Direito, fundamentado na soberania, na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e no pluralismo político. O princípio democrático possibilita a participação de todos na vida política do País, e os fundamentos do Estado garantem a legalidade e a legitimidade do poder político e jurídico.

Considerando os fundamentos e princípios do Estado Democrático de Direito brasileiro, assinale a opção correta.

A A democracia direta, sem representação política, é a principal forma de participação do poder popular no Estado Democrático de Direito.

B A supremacia da vontade da maioria sobre os direitos fundamentais das minorias é assegurada pelo Estado Democrático de Direito brasileiro.

C A separação dos Poderes, de forma harmônica e independente, consiste em um mecanismo que visa garantir o equilíbrio e prevenir abusos de autoridade.

D A centralização do poder político no Poder Executivo assegura maior eficiência e estabilidade ao Estado, sendo compatível com os princípios democráticos.

QUESTÃO 23

A região da Caxemira há anos é palco de uma disputa travada entre Índia e Paquistão. Desde a sua independência, os países envolvidos já travaram quatro guerras, nos anos de 1947-48, 1965, 1971-72 e 1999. Em 22 de abril de 2025, ocorreu novo embate, e organizações locais e internacionais denunciaram reiteradas violações de direitos humanos por parte das forças de segurança indianas na região. O Paquistão ressalta a necessidade de internacionalização do território, enquanto a Índia alega que a questão da Caxemira afeta a credibilidade da soberania nacional. Apresenta-se, portanto, um cenário de grande rivalidade com baixas perspectivas de resolução diante da instabilidade vigente na ordem internacional.

De acordo com o direito internacional público, as possíveis medidas de solução pacífica desse conflito

A incluem negociação, mediação, consulta e conciliação, cabendo às partes escolher aqueles que julgarem mais adequados.

B abrangem a interrupção parcial das relações econômicas e dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos e radiofônicos.

C englobam visita do parlamento europeu e mediação, devendo-se empregar negociação e consulta caso tais ações sejam ineficientes, por haver hierarquia entre esses meios.

D devem ser adotadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, por se tratar de conflito de longa duração permeado por iniciativas diplomáticas ineficientes.

Área livre

R22042025 - 22_Direito.indb 19 09/10/2025 10:47:49

QUESTÃO 24

Um jovem que caminhava, portando seu aparelho celular, em local conhecido por área de tráfico foi abordado por policiais durante patrulhamento de rotina. Sem autorização judicial e sem fundamento em qualquer atitude suspeita, os agentes o revistaram e acessaram, sem consentimento, o conteúdo do aparelho, encontrando mensagens com indícios de prática de crime. Com base nesse conteúdo, foi instaurado inquérito policial, a partir do qual o Ministério Público ofereceu denúncia contra o jovem.

*À luz d*os princípios constitucionais, da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos procedimentos legais aplicáveis à prova penal, a estratégia defensiva adequada para o jovem nessa situação é

A sustentar a nulidade da prova obtida por violação à cadeia de custódia, pois o aparelho celular foi acessado antes de ser lavrado auto de apreensão.

B alegar que, devido à ausência de, no mínimo, uma notícia de crime anônima prévia, o acesso ao aparelho celular é abusivo, o que torna ilícita a prova obtida.

C alegar que, ainda que a atuação policial prescinda de suspeita ou autorização em caso de flagrante delito, a prova foi obtida mediante abordagem invasiva, o que a torna ilícita.

D sustentar a nulidade da prova por violação do direito à privacidade e à inviolabilidade de dados, pois não houve fundada suspeita nem autorização judicial para o acesso ao aparelho celular.

QUESTÃO 25

Um servidor público aposentado e proprietário de pequena sociedade empresarial contraiu diversos empréstimos consignados e financiamentos ao longo dos últimos anos. Com o aumento das taxas de juros e a redução de sua renda disponível, passou a não conseguir mais honrar seus compromissos financeiros, o que comprometeu sua subsistência. Ao buscar orientação, foi informado sobre a possibilidade de renegociação judicial de suas dívidas com base no Código de Defesa do Consumidor, especialmente após as alterações promovidas pela Lei n. 14.181/2021 (Lei do Superendividamento).

Tendo em vista essa situação, com base nas normas jurídicas vigentes, assinale a opção correta.

A O consumidor superendividado pode optar pela insolvência civil como primeira medida, sem necessidade de tentativa de conciliação com os seus credores.

B A repactuação judicial das dívidas do servidor pode incluir créditos de natureza alimentar, tributária e trabalhista, desde que seja autorizada pelo juiz competente e aceita pelos credores.

C O Código de Defesa do Consumidor permite que o servidor, como consumidor endividado, apresente proposta de plano de pagamento como repactuação das dívidas, com prazo máximo de cinco anos.

D A Lei do Superendividamento autoriza a revisão das dívidas contraídas pela sociedade empresarial do servidor, pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que se demonstre abalo na capacidade de pagamento do titular.

Área livre

R22042025 - 22_Direito.indb 20 09/10/2025 10:47:49

QUESTÃO 26

A formulação original do princípio do poluidor-pagador (PPP) deveu-se à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), cuja Recomendação C(72) 128, de 26 de maio de 1972, esclarece que "este princípio significa que o poluidor deve suportar os custos da adoção de medidas impostas pelas autoridades públicas para assegurar que o meio ambiente mantenha-se em um estado aceitável".

Disponível em: http://webdomino1.oecd.org/horizontal/. Acesso em: 15 ago. 2025 (adaptado).

De acordo com as diretrizes estabelecidas pela OCDE e os princípios do direito ambiental, é correto afirmar que o princípio do poluidor-pagador

A estabelece que o Estado deve arcar com o custo dos recursos ambientais utilizados pelos agentes econômicos, visando assegurar que eles sejam geridos e utilizados de forma sustentável.

B isenta o agente poluidor dos custos da utilização do bem ambiental indiretamente valorados, desde que o agente econômico tenha promovido o devido licenciamento ambiental da atividade.

C determina que a comunidade deve arcar com os custos das medidas de proteção ambiental necessárias, ainda que a atividade poluente seja imputável a um determinado agente econômico.

D introduz um critério de justiça ao atribuir ao agente econômico os custos sociais das externalidades negativas da sua atividade, constituindo-se como um mecanismo de correção de falhas de mercado.

QUESTÃO 27

Determinado estado da Federação brasileira, com o objetivo de proteger o meio ambiente e combater os impactos das mudanças climáticas, editou uma lei estadual que impunha limites específicos para a emissão de gases poluentes por indústrias situadas em seu território. A norma estadual estabeleceu parâmetros mais rigorosos do que aqueles previstos em lei federal sobre controle de poluentes atmosféricos. Diante disso, uma sociedade empresarial afetada ajuizou ação sustentando que o referido estado extrapolou sua competência ao legislar sobre matéria ambiental já disciplinada pela União.

Considerando-se as normas constitucionais sobre repartição de competências legislativas entre os entes federados, é correto afirmar que a lei estadual

A pode ser considerada válida com base na autonomia dos entes federativos em se tratando de aspectos específicos e locais da proteção ambiental, independentemente dos limites previstos na legislação federal.

B é constitucional, pois, em matéria de competência legislativa concorrente, os Estados podem suplementar e complementar a legislação federal, inclusive estabelecendo limites mais restritivos, desde que respeitada a norma geral.

C fere a Constituição Federal de 1988, pois só poderia ter sido editada mediante autorização formal da União, sob pena de usurpação da competência federal prevista no artigo 24 da Carta Magna, ainda que a matéria envolva interesse local.

D apresenta vício de inconstitucionalidade, pois a edição de normas ambientais mais restritivas deve ocorrer no âmbito federal, cabendo aos Estados apenas replicar os parâmetros gerais definidos pela União, a fim de garantir uniformidade normativa.

R22042025 - 22_Direito.indb 21 09/10/2025 10:47:49

QUESTÃO 28

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 150, prevê o princípio da anterioridade tributária, cuja finalidade precípua é assegurar a proteção do contribuinte contra as surpresas fiscais, sendo impedida a cobrança no mesmo exercício financeiro em que venha a ser publicada lei que institua ou aumente tributos, respeitando-se o período de 90 dias da data em que tenha sido publicada essa lei. Esse princípio tem por base a ideia de permitir que o contribuinte se prepare para o pagamento dos novos valores ao governo.

Tendo em vista o texto e o que se refere ao imposto sobre operações financeiras (IOF) no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

A Uma medida provisória que implique majoração ou instituição do IOF possuirá eficácia imediata, considerando que o referido tributo constitui uma exceção ao princípio da anterioridade tributária.

B Uma medida provisória que altere a alíquota do IOF deve observar o princípio da anterioridade tributária, não podendo tal tributo ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a medida.

C A instituição ou a majoração de tributos compete exclusivamente ao Poder Executivo Federal, devendo estes serem cobrados em prazo superior a 90 dias após a publicação da lei que os instituiu, como é o caso do IOF.

D A instituição ou a majoração de IOF mediante lei pode ser realizada a qualquer momento, pois o princípio da anterioridade nonagesimal não se aplica a tal tributo, desde que haja previsão expressa a respeito disso na lei.

QUESTÃO 29

Determinada sociedade empresarial passou por uma grave crise financeira, e sua falência foi decretada judicialmente. Durante o processo de arrecadação, verificou-se que o ativo da massa falida era insuficiente para satisfazer integralmente a todos os credores. Os credores habilitados incluem: i) a Fazenda Nacional, com débitos tributários referentes a impostos federais; ii) o Banco Beta S.A., detentor de uma hipoteca sobre um dos imóveis da massa falida, devidamente registrada; iii) os ex-empregados, com verbas rescisórias e indenizações trabalhistas a receber; iv) os prestadores de serviço, com créditos decorrentes de contratos de consultoria jurídica, sem qualquer garantia; v) os fornecedores de matérias-primas, sem garantias reais ou privilégios especiais.

Com base na Lei n. 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial e Falência), assinale a opção que apresenta corretamente a ordem de preferência para o pagamento dos créditos na situação de falência em questão.

A Ex-empregados; Banco Beta S.A.; Fazenda Nacional; fornecedores de matérias-primas; prestadores de serviço.

B Fornecedores de matérias-primas; Banco Beta S.A.; ex-empregados; Fazenda Nacional; prestadores de serviço.

C Banco Beta S.A.; Fazenda Nacional; ex-empregados; fornecedores de matérias-primas; prestadores de serviço.

D Ex-empregados; Fazenda Nacional; Banco Beta S.A.; fornecedores de matérias-primas; prestadores de serviço.

Área livre

QUESTÃO 30

Um jovem, falando ao celular enquanto dirigia, colidiu seu veículo com o carro de um casal de idosos que estava à sua frente no trânsito, atingindo a parte traseira deste automóvel. Os idosos sofreram várias lesões corporais e permaneceram hospitalizados por cerca de um mês; além disso, seu carro teve vários danos materiais. Posteriormente, o casal tomou conhecimento de que o jovem não era o proprietário do veículo que dirigia, mas mero condutor. Diante disso, os idosos pretendem ajuizar uma ação de indenização de danos decorrentes do acidente de trânsito, para que sejam ressarcidos dos prejuízos sofridos.

Considerando esse caso e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça a respeito do tema, assinale a opção correta.

A O condutor do veículo, que falava ao celular quando ocorreu o acidente, é obrigado a reparar o prejuízo sozinho, por se tratar de responsabilidade subjetiva.

B O dever de indenizar é do condutor do veículo e independe de culpa ou dolo, por se tratar de responsabilidade objetiva, sem necessidade de nexo de causalidade.

C Os idosos podem ajuizar a ação contra o proprietário do veículo e o condutor, pois ambos são solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados no acidente de trânsito.

D Os idosos podem escolher, entre o proprietário do veículo e o condutor, a quem cobrar pelos danos causados no acidente, uma vez que o proprietário responde subsidiariamente pelos prejuízos.

QUESTÃO 31

O *habeas corpus*, de origem britânica (1215), é um instrumento constitucional presente no ordenamento jurídico de muitos países. No Brasil, sua primeira previsão legal ocorreu pelo Código de Processo Criminal, em 1832, como um meio pelo qual se requeria a liberdade de indivíduos presos. A partir da Constituição de 1891, o *habeas corpus* passou a integrar todas as Constituições brasileiras, porém com características diferentes. De instrumento processual a remédio constitucional, representa um meio para garantir o direito fundamental à liberdade.

Considerando o percurso histórico do *habeas corpus* no Brasil, assinale a opção correta.

A A Constituição de 1934 admitia a impetração de *habeas corpus* nos casos de transgressão disciplinar, dando, com isso, um caráter mais amplo à garantia de liberdade, com efeito até na esfera militar.

B O *habeas corpus* foi consolidado pela Constituição Federal de 1988 como remédio constitucional de garantia e proteção ao indivíduo que esteja sofrendo ou sendo ameaçado de sofrer lesão à sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

C A Constituição de 1946, por ter sido uma constituição democrática, retirou a restrição do *habeas corpus* como instrumento de garantia da liberdade de locomoção, prevista na Constituição outorgada de 1937, e ampliou o seu caráter para garantia da liberdade de outros direitos.

D O *habeas corpus*, desde sua inserção na legislação brasileira ainda no século XIX, manteve-se como garantia e direito irrestrito, inclusive em momentos políticos conturbados, como no período do Estado Novo, de 1937 a 1945, e na vigência do Ato Institucional n. 5, em 1968.

R22042025 - 22_Direito.indb 23 09/10/2025 10:47:50

QUESTÃO 32

Determinado trabalhador urbano sofreu um acidente de trabalho que o deixou temporariamente incapacitado para suas atividades habituais. Ao procurar o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ele foi informado sobre a possibilidade de solicitar o benefício previdenciário adequado à sua situação. Contudo, o trabalhador ficou em dúvida a respeito do tipo de auxílio que deveria requerer: não sabia se deveria solicitar auxílio-doença ou auxílio-acidente.

Com base na legislação previdenciária vigente no Brasil, é correto afirmar que esse trabalhador pode requerer

A o auxílio-doença, benefício devido ao segurado temporariamente incapaz para o trabalho por motivo de doença ou acidente.

B o auxílio-acidente, benefício pago durante o período em que o segurado está totalmente incapacitado para qualquer atividade.

C o auxílio-doença e o auxílio-acidente, pois ambos os benefícios são idênticos quanto à finalidade e à forma de concessão.

D o auxílio-acidente, benefício concedido em caso de incapacidade total e temporária, sendo aplicável concretamente a seu favor.

QUESTÃO 33

Os dois maiores supermercados de uma pequena cidade do interior, que respondiam pela oferta de cerca de 80% dos produtos de alimentação e higiene consumidos pela população, iniciaram um processo de fusão. No entanto, as advogadas desses supermercados informaram que deveria ser elaborada uma estratégia para evitar o reconhecimento do domínio de mercado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), buscando-se soluções mitigadoras dos reflexos dessa fusão, de maneira a permitir a manutenção da concorrência e evitar efeitos negativos sobre o pequeno comércio da região, para que este mantenha sua lucratividade e operação comercial.

De acordo com as normas de direito econômico e concorrencial aplicadas pelo CADE, assinale a opção que apresenta a adequada estratégia de fusão empresarial a ser adotada por essas sociedades empresariais para evitar a caracterização de domínio econômico.

A Celebrar acordos de exclusividade com distribuidores e fornecedores estratégicos, de modo a otimizar operações e demonstrar ganhos de eficiência pós-fusão.

B Realizar a alienação de determinados ativos ou unidades de negócios, de modo a permitir a entrada de novos concorrentes no mercado e equilibrar o nível de concentração setorial.

C Priorizar uma ampliação acelerada da participação no mercado global, de modo a fortalecer a competitividade das sociedades empresariais brasileiras em um contexto internacional.

D Assumir um compromisso público de manutenção de preços e condições comerciais praticadas antes da fusão, de modo a reduzir preocupações sobre potenciais abusos de poder econômico.

Área livre

QUESTÃO 34

Um pequeno frigorífico localizado em área rural foi autuado por despejo irregular de resíduos em curso d'água, sem licença ambiental válida. Após fiscalização, o Ministério Público Estadual (MPE) propôs medida judicial, buscando reparação dos danos ambientais. O representante da sociedade empresarial manifestou interesse em resolver a controvérsia de forma consensual, de modo a evitar o agravamento da situação jurídica e a continuidade da ação penal.

Considerando essa situação e os instrumentos jurídicos de solução consensual de conflitos ambientais, assinale a opção correta.

A O *sursis* processual é cabível antes do oferecimento da denúncia, desde que haja confissão do infrator e proposta do MPE.

B A assinatura de um termo de ajustamento de conduta (TAC) com o MPE impediria a responsabilização criminal do infrator ambiental.

C A transação penal pode ser proposta em caso de menor potencial ofensivo, devendo ser precedida de composição dos danos ambientais, salvo se comprovada impossibilidade.

D O acordo de não persecução penal (ANPP) é inadmissível em matéria ambiental, já que os crimes ambientais não comportam negociação, por envolverem interesse público indisponível.

QUESTÃO 35

O crescimento exponencial das *big techs* tem despertado preocupações no campo do direito econômico, especialmente quanto à concentração de mercado e à redução da concorrência. Empresas como Google, Amazon, Meta e Apple atuam em mercados digitalmente interconectados, nos quais poucos agentes exercem controle sobre plataformas essenciais, como motores de busca, sistemas operacionais e redes sociais. Essa concentração, embora estimule inovação tecnológica, pode afetar negativamente o consumidor ao limitar a pluralidade de escolhas e dificultar a entrada de novos concorrentes. A doutrina discute se essas configurações caracterizam monopólio, oligopólio ou novas formas híbridas de poder econômico, como os chamados *gatekeepers* digitais.

Considerando o texto apresentado e os conceitos do direito econômico e concorrencial, assinale a opção correta.

A As *big techs*, apesar de seu domínio de mercado, promovem concorrência ao oferecerem produtos gratuitos e inovações constantes, o que torna desnecessária a existência de regulação estatal mais rígida.

B As *big techs*, embora dominem seus segmentos, não configuram estruturas de mercado concentradas, pois o ambiente digital é naturalmente dinâmico e aberto, e a regulação estatal pode comprometer a inovação.

C A presença de *big techs* em setores digitais consolida estruturas típicas de monopólio legal, nas quais uma única empresa opera com autorização estatal para garantir eficiência e segurança ao consumidor.

D A atuação de *big techs* configura um tipo de oligopólio digital em que poucas empresas controlam mercados interdependentes, exigindo do Estado regulação específica para prevenir práticas anticompetitivas e preservar a livre concorrência.

R22042025 - 22_Direito.indb 25 09/10/2025 10:47:50

QUESTÃO 36

No ano de 2018, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) sofreu importantes alterações e ampliou a análise do ordenamento jurídico e das fontes formais do direito. Essa evolução legislativa reforçou a necessidade de considerar, de forma integrada, vários aspectos na interpretação e na aplicação do direito.

Tendo em vista os preceitos da LINDB, assinale a opção correta acerca da teoria do ordenamento e das fontes normativas no direito brasileiro.

A A jurisprudência é irrelevante para o ordenamento jurídico, pois não apresenta o direito consolidado, sendo a norma legal a única fonte válida.

B O julgador deve aplicar valores abstratos sem considerar os efeitos concretos da decisão, sob pena de comprometer sua condição de imparcialidade.

C O julgador pode, após interpretar, deixar de aplicar a norma vigente, caso entenda que a aplicação desta geraria efeitos sociais ou econômicos indesejáveis.

D A interpretação e a aplicação do direito exigem consideração das consequências práticas da decisão, a busca da segurança jurídica e o respeito à estabilidade das decisões.

QUESTÃO 37

Certo dia, João foi acordado em sua residência, durante a madrugada, por seu amigo Paulo, a quem não via há muito tempo. Agitado e com pressa, Paulo pediu-lhe que guardasse um carro em sua casa por alguns dias. João estranhou o favor solicitado, mas atendeu à solicitação do amigo. Ocorre que o veículo havia sido furtado por Paulo e estava sendo procurado pela polícia. No mesmo dia, o veículo foi encontrado por policiais na residência de João, e este lhes explicou que, apesar de ter estranhado a situação, não sabia que se tratava de um carro furtado. A despeito disso, João foi posteriormente denunciado pelo crime de favorecimento real, assim descrito no Art. 349 do Código Penal: “Prestar a criminoso, fora dos casos de coautoria ou participação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito de crime”.

Com base nessa situação, considerando-se que João tenha agido com desconhecimento sobre a subtração do carro, é correto afirmar que ele incorreu em erro de

A proibição, que, se considerado vencível, importará redução em sua pena.

B tipo, que, se considerado invencível, afastará a culpabilidade, isentando-o de pena.

C proibição, que, se considerado invencível, afastará a culpabilidade, isentando-o de pena.

D tipo, que, se considerado vencível, excluirá o dolo, tornando absolutamente atípica a sua conduta.

Área livre

R22042025 - 22_Direito.indb 26 09/10/2025 10:47:50

QUESTÃO 38

Em um país democrático, o Poder Legislativo aprovou uma lei que proibia a entrada de determinados grupos religiosos em edifícios públicos, sob a justificativa de que a permanência desses indivíduos nesses espaços ameaçaria a segurança nacional. A lei foi aprovada em observância ao processo legislativo do país, mas enfrenta desaprovação por parte da sociedade, que a considera discriminatória e imoral.

Considerando-se o caso exposto e os conceitos de validade, fundamento e eficácia, é correto afirmar que essa lei é

A válida, pois foi aprovada em observância ao processo legislativo do país, sendo irrelevante a desaprovação por parte da sociedade.

B inválida, pois, embora aprovada em observância ao processo legislativo do país, deve-se declarar a inconstitucionalidade de normas que contenham teor discriminatório.

C válida, pois foi aprovada em observância ao processo legislativo do país, sendo irrelevante o juízo moral que se possa fazer sobre seu conteúdo, haja vista a separação entre direito e moral.

D inválida, pois, embora aprovada em observância ao processo legislativo do país, normas que contenham teor discriminatório perdem sua eficácia jurídica e, consequentemente, sua validade formal.

QUESTÃO 39

Em decisão recente, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, conhecida como ADPF das Favelas, proposta contra operações policiais realizadas em comunidades do Rio de Janeiro sem controle judicial e com alegações de abuso. O STF decidiu impor limites à atuação policial, estabelecendo, por exemplo, a necessidade de comunicação imediata ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, além de restrições ao uso de helicópteros como plataforma de tiros. No julgamento, afirmou-se que o respeito à vida, à dignidade humana e ao controle das ações estatais em comunidades vulneráveis constitui preceito fundamental e que a atuação estatal deve se submeter a parâmetros constitucionais de legalidade e proporcionalidade, mesmo em ações de segurança pública.

Considerando o texto sobre a posição do STF e a legislação constitucional, assinale a opção correta.

A A ADPF destina-se ao controle de atos normativos, não sendo possível sua aplicação a atos administrativos de natureza concreta.

B O STF, ao julgar a admissibilidade de uma ADPF, deve demonstrar que não há outro meio eficaz para sanar a lesão ao preceito fundamental.

C A ADPF é instrumento voltado ao controle de normas editadas antes da Constituição Federal de 1988, sendo vedado seu uso para o controle de normas posteriores.

D O STF, ao julgar uma ADPF, não pode interferir diretamente em ações do Poder Executivo, sob pena de comprometer a autonomia administrativa garantida pelo princípio da separação dos Poderes.

Área livre

R22042025 - 22_Direito.indb 27 09/10/2025 10:47:50

QUESTÃO 40

O Brasil tem adotado políticas públicas de incentivo à participação de mulheres em áreas historicamente masculinas, como ciência, política e tecnologia. Um exemplo é a reserva de percentual de bolsas acadêmicas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para pesquisadoras com filhos, haja vista a importância da economia do cuidado; e outro é a previsão legal de financiamento proporcional de campanhas eleitorais femininas pelos partidos. Essas ações afirmativas têm gerado debates jurídicos: para alguns, promovem justiça material ao corrigir desigualdades estruturais baseadas em gênero; para outros, essas medidas criam privilégios inconstitucionais e violam o princípio da igualdade formal. A discussão envolve diferentes concepções de justiça e exige a análise de seus impactos sociais e jurídicos.

Considerando o texto e as implicações jurídicas de ações afirmativas voltadas a mulheres no contexto brasileiro, assinale a opção correta.

A Ações afirmativas para mulheres, embora bem-intencionadas, dificultam o alcance da igualdade material, por reforçarem estereótipos de gênero.

B Ações afirmativas com base em gênero são medidas compensatórias válidas quando têm por finalidade eliminar obstáculos sistêmicos e garantir igualdade de acesso a oportunidades.

C Ações afirmativas para mulheres são inadequadas porque introduzem distinções legais entre os sexos que ameaçam a imparcialidade do Estado e geram efeitos discriminatórios reversos.

D Ações afirmativas com base em gênero são medidas compensatórias válidas, embora não haja eficácia em eliminar obstáculos históricos e efetivamente permitir o devido acesso a oportunidades.

QUESTÃO 41

Um servidor público federal foi removido de ofício para outro órgão, da mesma administração, sob a justificativa de necessidade do serviço. No entanto, ele posteriormente verificou, em documentos internos, que a real motivação da remoção foi afastá-lo de sua atuação em processos disciplinares contra gestores da unidade. Inconformado, o servidor impetrou mandado de segurança, alegando desvio de finalidade.

Tendo em vista o caso apresentado e as normas que regem o controle judicial dos atos administrativos, assinale a opção correta.

A O Poder Judiciário poderá revogar o ato da administração pública se considerá-lo inconveniente, ainda que não haja ilegalidade.

B A remoção é ato discricionário, motivo pelo qual sua motivação ou sua finalidade não poderão ser apreciadas pelo Poder Judiciário.

C O Poder Judiciário deverá anular o ato caso seja constatado vício no elemento finalidade, ainda que se trate de ato discricionário.

D A administração pública tem liberdade para definir a conveniência do afastamento do servidor, por isso o ato administrativo deve ser considerado válido.

Área livre

QUESTÃO 42

Determinada menina nascida na França é filha de um pai brasileiro e de uma mãe francesa. A família residia na França até os pais se separarem, ocasião em que a mãe ficou com a guarda da criança. Depois disso, quando completou 10 anos de idade, a criança foi levada para o Brasil por sua mãe, sem o consentimento do pai. A mãe da menina alegava que ela estaria sofrendo uma forte pressão psicológica por parte do pai, o qual não aceitava a separação. Diante disso, o pai da criança, que permanecia na França, alegou, perante a justiça francesa, que sua filha havia sido vítima de sequestro internacional e, com base na Convenção de Haia (1980), que trata dos aspectos civis da subtração internacional de crianças, pleiteou o retorno imediato da criança à França. Essa convenção tem o Brasil e a França como países signatários e estabelece, entre outros elementos, os procedimentos para o retorno de crianças que foram removidas ou mantidas indevidamente fora de seu país de origem.

Considerando essa situação, assinale a opção correta, com base no direito internacional e no ordenamento jurídico brasileiro.

A O retorno da criança para a França deve ser feito automaticamente, independentemente do tempo que transcorreu desde sua mudança para o Brasil, conforme as regras contidas na Convenção de Haia.

B O Brasil está desobrigado de aplicar o disposto na Convenção de Haia, pois a criança é nacional brasileira e se encontra sob a guarda de sua mãe, o que prevalece sobre as regras estabelecidas em tratados internacionais.

C O pedido realizado pelo pai poderá ser indeferido pela autoridade judicial brasileira caso seja comprovado grave risco de que o retorno à França exporá a criança a danos físicos ou psíquicos ou a situação intolerável, conforme as disposições da Convenção de Haia.

D O caso configura sequestro internacional de criança, pois a mãe não tinha autorização para realizar o translado da menina, por isso o retorno desta à França, de acordo com a Convenção de Haia, deve seguir os procedimentos estabelecidos na lei do Brasil, domicílio atual da criança.

QUESTÃO 43

Uma cliente encomendou um bolo de casamento a uma famosa confeiteira de sua cidade. Toda a negociação entre as duas se deu por aplicativo de conversas. Foram estabelecidos o formato e o sabor do bolo, o valor do serviço, o momento do pagamento (que seria realizado no ato de entrega) e o local da entrega, condições com as quais as duas concordaram. No dia combinado entre elas, a cliente informou à confeiteira que estava a caminho para buscar o produto; entretanto, a confeiteira havia se esquecido da encomenda e, diante da cobrança da cliente, respondeu que não tinha obrigação de fazer o bolo, por não ter assinado qualquer tipo de contrato.

Considerando o caso apresentado e a validade dos contratos e obrigações firmados em aplicativos de conversa, assinale a opção correta.

A O contrato por meio eletrônico obriga a guarda, por no mínimo seis meses, de eventuais conversas e mensagens que comprovem sua formação.

B O contrato por meio eletrônico possui os mesmos requisitos do contrato analógico, envolvendo a capacidade das partes de contratar, objeto lícito e forma adequada, além da manifestação inequívoca da vontade.

C O contrato por meio eletrônico, por sua natureza digital, pode ser utilizado para negócios diversos, pois amplia a capacidade do agente, em ambiente físico, desde que não envolvam nenhum tipo de risco jurídico.

D O contrato por meio eletrônico não pode ser considerado válido nesse caso, porque os requisitos formais para a celebração de um contrato não foram atendidos, apesar da demonstração de interesse da contratante na compra.

R22042025 - 22_Direito.indb 29 09/10/2025 10:47:50

QUESTÃO 44

Uma sociedade empresarial do ramo de engenharia celebrou contratos administrativos com determinado município para a execução de obras públicas. Posteriormente, o Ministério Público (MP) instaurou investigação ao constatar que a sociedade empresarial havia participado de um conluio com agentes públicos para fraudar o caráter competitivo da licitação, mediante o pagamento de vantagens indevidas, além de superfaturamento nos contratos firmados. Após o ajuizamento da ação civil pública com base na Lei n. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a defesa da sociedade empresarial alegou a impossibilidade de responsabilização da pessoa jurídica por atos de improbidade, sustentando que tal sanção seria exclusiva de pessoas físicas. Diante disso, a procuradora do município deve organizar a estratégia jurídico-processual adequada à defesa do interesse público.

Haja vista o ordenamento jurídico brasileiro, a estratégia jurídica adequada, a ser adotada pela procuradora nesse caso, consiste em

A defender que a sociedade empresarial pode ser responsabilizada civil e administrativamente, desde que seja demonstrado seu envolvimento doloso no ato ímprobo, sendo possível a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

B argumentar que a sociedade empresarial deve responder na esfera penal, alegando que a Lei de Improbidade Administrativa se aplica exclusivamente a agentes públicos, sem alcançar entes privados, como no caso da referida sociedade empresarial.

C argumentar que a responsabilidade da pessoa jurídica, mesmo de natureza privada, é objetiva, de acordo com alteração realizada na Lei de Improbidade Administrativa pela Lei n. 14.230/2021, sendo, portanto, suficiente a demonstração do dano ao erário.

D defender a extinção do processo em relação à sociedade empresarial, alegando ausência de previsão constitucional para responsabilização de pessoas jurídicas por improbidade administrativa, e acionar o MP para instaurar processo administrativo, a fim de apurar a conduta dos agentes públicos.

QUESTÃO 45

Certo homem, após travar uma discussão acalorada com sua companheira, foi denunciado pelo Ministério Público (MP) pelo crime de lesão corporal leve, tipificado no âmbito da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), configurando-se violência doméstica e familiar. Tendo em vista o disposto na Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime), o MP propôs a celebração de um acordo de não persecução penal (ANPP), visando à aplicação de medidas alternativas à persecução penal tradicional, como prestação de serviços à comunidade e reparação do dano.

Considerando-se essa situação, bem como a legislação vigente e o entendimento jurisprudencial sobre o tema, é correto afirmar que o ANPP nesse caso

A é vedado, em razão do interesse público e da proteção especial à mulher em caso de crime de violência doméstica e familiar sujeito à Lei Maria da Penha.

B pode ser firmado, desde que haja anuência expressa da vítima e do MP, por se tratar de exceção prevista na Lei Maria da Penha em caso de crime de violência doméstica e familiar.

C pode ser firmado, desde que o acusado aceite as condições propostas, por se tratar de crime de lesão corporal leve, ainda que envolva violência doméstica e familiar contra a mulher.

D é vedado, a menos que as lesões corporais sejam de natureza leve e haja anuência expressa da vítima, por se tratar de hipótese prevista em lei quanto a casos de violência doméstica contra a mulher.

enade2025

* R 2 2 0 4 2 0 2 5 3 1 *

QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO DA PROVA

As questões abaixo visam conhecer sua opinião sobre a qualidade e a adequação da prova que você acabou de realizar. Assinale as alternativas correspondentes a sua opinião nos espaços apropriados do **CARTÃO-RESPOSTA**.

AVALIAÇÃO GLOBAL DA PROVA

QUESTÃO 01

Qual foi o tempo gasto por você para concluir a prova?

A Menos de uma hora.
B Entre uma e duas horas.
C Entre duas e três horas.
D Entre três e quatro horas.
E Quatro horas, e não consegui terminar.

QUESTÃO 02

Em relação ao tempo total de aplicação, você considera que a prova foi

A muito longa.
B longa.
C adequada.
D curta.
E muito curta.

QUESTÃO 03

As informações/instruções fornecidas para a resolução das questões foram suficientes para resolvê-las?

A Sim, até excessivas.
B Sim, em todas elas.
C Sim, na maioria delas.
D Sim, somente em algumas.
E Não, em nenhuma delas.

QUESTÃO 04

Você se deparou com alguma dificuldade ao responder à prova? Qual?

A Desconhecimento do conteúdo.
B Forma diferente de abordagem do conteúdo.
C Espaço insuficiente para responder às questões.
D Falta de motivação para fazer a prova.
E Não tive qualquer tipo de dificuldade para responder à prova.

QUESTÃO 05

Considerando apenas as questões objetivas da prova, você percebeu que

A não estudou ainda a maioria desses conteúdos.
B estudou alguns desses conteúdos, mas não os aprendeu.
C estudou a maioria desses conteúdos, mas não os aprendeu.
D estudou e aprendeu muitos desses conteúdos.
E estudou e aprendeu todos esses conteúdos.

FORMAÇÃO GERAL

QUESTÃO 06

Qual o grau de dificuldade das questões de Formação Geral?

A Muito Fácil.
B Fácil.
C Médio.
D Difícil.
E Muito difícil.

QUESTÃO 07

Os enunciados das questões de Formação Geral estavam compreensíveis e objetivos?

A Sim, todos.
B Sim, a maioria.
C Apenas cerca da metade.
D Poucos.
E Não, nenhum.

COMPONENTE ESPECÍFICO

QUESTÃO 08

Qual o grau de dificuldade das questões do Componente Específico?

A Muito fácil.
B Fácil.
C Médio.
D Difícil.
E Muito difícil.

QUESTÃO 09

Os enunciados das questões do Componente Específico estavam compreensíveis e objetivos?

A Sim, todos.
B Sim, a maioria.
C Apenas cerca da metade.
D Poucos.
E Não, nenhum.

4_CAPA_2201_Direito_REGULAR.indd 31 09/10/2025 11:49:24

* R 2 2 0 4 2 0 2 5 3 2 *

04

004

Sinaes

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

enade 2025

Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

INEP

22

4_CAPA_2201_Direito_REGULAR.indd 32 09/10/2025 11:49:24